

# PUBLICIDADE LEGAL

**TAURUS ARMAS S.A.** Companhia Aberta CNPJ nº 92.781.335/0001-02 NIRE 43300007391

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 19 de abril de 2021, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Ordinária:** (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Deliberar sobre a destinação de resultados e distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal. **Em Assembleia Extraordinária:** (i) Deliberar sobre proposta de aditamento do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 26 de abril de 2021, ("Plano de Opção de Compra") para fins de ampliar os colaboradores elegíveis a participar de tal plano e regular expressamente as consequências aplicáveis aos casos de cancelamento, extinção ou de qualquer forma de exercício parcial das opções de compra emitidas pela Companhia. (ii) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2022; (iii) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022; (iv) Deliberar sobre a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere a: (a) Artigo 5º - valor do capital social e quantidade de ações de acordo com o aumento do Capital Social aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27/01/2022; (b) Artigo 6º - limite máximo de número de ações para aumento de capital social por deliberação do Conselho de Administração; e, (c) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta de administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e de relações com investidores da Companhia ([www.taurusri.com.br](http://www.taurusri.com.br)). Para poder participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia ou na forma digital, desde que validado pelo Sistema ICP Brasil. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até o dia 15.04.2021, às 18:00 horas, o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores por e-mail para [ago@taurus.com.br](mailto:ago@taurus.com.br), ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS - Brasil aos cuidados da área de relações com investidores. Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da ICVM 481/09, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto por meio do "Boletim de Voto a Distância" (Boletim), disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e de relações com investidores da Companhia ([www.taurusri.com.br](http://www.taurusri.com.br)).

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A.

CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161

**Relatório da Administração:** A Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A - TSB, que foi concebida para integrar a malha de gasodutos do Brasil com a Argentina, ainda se depara com o desafio de completar esta conexão, acreditando na conclusão do projeto com a construção da Fase 2, que conecta o Trecho 1, em Uruguaiana-RS, ao Trecho 3, no Polo Petroquímico, na cidade de Uruguaiana, com plena capacidade. No Trecho 3, tivemos a passagem de PIG sem intercorrências. A TSB apresentou à ANP neste 2021 o seu processo de Chamada Pública - CPAC 01/2022 para oferta de capacidade de transporte no Trecho 3. Até que a agência conclua a análise para aprovação do Edital, a TSB formalizará com o carregador a assinatura de contrato extraordinário aprovado pela ANP, nos moldes da legislação atual, dando seguimento à operação. No contexto operacional, devemos destacar os esforços desenvolvidos e o excelente resultado da operação e manutenção do duto, neste ano de restrições de movimentação e realização de trabalhos externos. Em 2021, foram transportados, no Trecho 3, 162,8 MM m<sup>3</sup> de gás contra 160,4 MM m<sup>3</sup> em 2020. No Trecho 1, com o retorno da operação da UTE de Uruguaiana, transportamos 66,6 MM m<sup>3</sup>, sendo 61 MM m<sup>3</sup> em dezembro/21. Esperamos para 2022, além da transformação da pandemia em endemia com vacinação abrangente, uma agenda cheia, onde a TSB estará concentrada na conclusão do seu CPAC 01/2022, atendimento das adequações regulatórias que virão com a implementação da nova legislação, além da conclusão das análises de integridade e ações decorrentes da passagem do PIG. No plano institucional atuamos sempre com a perspectiva de um ciclo virtuoso nos investimentos na infraestrutura do transporte de gás natural, que virá com a maior competitividade do gás já em curso no Brasil. Walter Edmilson Farioli - Diretor Geral; Maria José Silveira Picos - Diretora Comercial e Financeira.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e Parecer dos auditores independentes (As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras) Em milhares de reais.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.282	9.529	Fornecedores		1.740	128
Contas a receber de clientes		1.268	923	Prov. trab. e encargos sociais		318	300
Impostos e contrib. a recuperar		16	14	Impostos e cont. a recolher		358	164
Outras contas a receber		119	17	Dividendos a pagar	9	878	878
<b>Total do circulante</b>		<b>7.685</b>	<b>10.583</b>	Provisão a pagar	6	3.083	1.093
<b>Não circulante</b>				Outras contas a pagar		24	22
Imobilizado	4	10.838	11.961	<b>Total do circulante</b>		<b>5.523</b>	<b>2.585</b>
Intangível	5	774	861	<b>Não circulante</b>			
<b>Total do não circulante</b>		<b>11.612</b>	<b>12.822</b>	Fornecedores	8	332	332
<b>Total do ativo</b>		<b>19.297</b>	<b>23.405</b>	Prov. p/contingências	7.1	202	202
				<b>Total do não circulante</b>		<b>670</b>	<b>670</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	9	9.692	15.692
				Reservas de lucros		3.480	4.526
				<b>Total do Patrimônio Líq.</b>		<b>13.172</b>	<b>20.218</b>
				<b>Total passivo e patrim. Líq.</b>		<b>19.297</b>	<b>23.405</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa				Demonstração do Resultado			
	2021	2020		Nota	2021	2020	
<b>Atividades operacionais</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	5.592	3.696	Receita líq. serviços	11	15.127	10.767	
Aj. receitas e despesas f. envolvendo caixa:			Custo serv. prestados	12	(2.961)	(2.731)	
Depreciações e amortizações	1.219	1.219	<b>Lucro bruto</b>		<b>12.166</b>	<b>8.036</b>	
Constituição provisão a pagar	1.990	736	<b>Receitas (desp.) operac.</b>				
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>8.801</b>	<b>5.651</b>	Despesas gerais e adm.	12	(4.205)	(3.419)	
Redução (aum.) na variação de ativos:			Outras rec. (desp.) operac.	13	(2.144)	(734)	
Contas a receber de clientes	(345)	200	<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>5.817</b>	<b>3.883</b>	
Impostos e contribuições a recuperar	(2)	24	<b>Resultado financeiro</b>				
Outras contas a receber	(2)	2	Despesas financeiras		(14)	(8)	
Aumento (red.) na variação de passivos:			Receitas financeiras		375	257	
Fornecedores	1.612	3	<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>6.178</b>	<b>4.132</b>	
Provisões trabalhistas e encargos sociais	18	49	Imposto de renda		(383)	(285)	
Impostos e contribuições a recolher	19	5	Contribuição social		(203)	(152)	
Outras contas a pagar	2	(36)	<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.592</b>	<b>3.696</b>	
<b>Caixa líq. proveniente ativid. operac.</b>	<b>10.278</b>	<b>5.896</b>	Ações em circulação no final do exercício		80.500.000	80.500.000	
Atividades de investimentos			Lucro líq. por mil ações ordinárias-básico e diluído-R\$		69	46	
Aquisições ativo imobilizado	(9)	-	<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>				
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>Lucro do Exercício</b>		<b>5.592</b>	<b>3.696</b>	
Atividades de financiamento			Outros Resultados Abrangentes				
Pagamento de dividendos	(7.516)	(7.235)	<b>Resultado Abrangente Total</b>		<b>5.592</b>	<b>3.696</b>	
Redução de capital	(6.000)	-					
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(13.516)</b>	<b>(7.235)</b>					
<b>Variação de caixa e equiv. de caixa</b>	<b>(3.247)</b>	<b>(1.339)</b>					
Caixa equiv. caixa no início do exercício	9.529	10.868					
Caixa equiv. caixa no final do exercício	6.282	9.529					
<b>Variação de caixa e equiv. de caixa</b>	<b>(3.247)</b>	<b>(1.339)</b>					

Demonstração do Valor Adicionado			
	2021	2020	
<b>1. Receitas</b>	<b>15.127</b>	<b>10.767</b>	
1.1) Vendas de serviços	15.775	11.184	
1.2) Deduções das receitas brutas	(648)	(417)	
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>6.357</b>	<b>4.081</b>	
2.1) Custo dos serviços vendidos	2.961	1.512	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	3.396	2.569	
<b>3. Valor adicionado bruto (1-2)</b>	<b>8.770</b>	<b>6.686</b>	
<b>4. Depreciação e amortização</b>	<b>1.219</b>	<b>1.219</b>	
<b>5. Valor adic. líq. prod. p/ entid. (3-4)</b>	<b>7.551</b>	<b>5.467</b>	
<b>6. Valor adic. recebido transferência</b>	<b>375</b>	<b>260</b>	
6.1) Receitas financeiras	375	260	
<b>7. Valor adic. total a distribuir (5+6)</b>	<b>7.926</b>	<b>5.727</b>	
<b>8. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>7.926</b>	<b>5.727</b>	
8.1) Pessoal	1.417	1.700	
8.1.1) Remuneração direta	1.123	1.001	
8.1.2) Benefícios	199	1.84	
8.1.3) F.G.T.S.	89	80	
8.1.4) Outros	6	5	
<b>8.2) Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>903</b>	<b>753</b>	
8.2.1) Federais	893	742	
8.2.2) Estaduais	3	5	
8.2.3) Municipais	7	6	
<b>8.3) Remun. de capital de terceiros</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	
8.3.1) Despesas financeiras	14	8	
<b>8.4) Remuneração de capitais próprios</b>	<b>5.592</b>	<b>3.696</b>	
8.4.1) Dividendos	4.005	878	
8.4.2) Lucros retidos	1.587	2.818	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis			
<b>1. Contexto Operacional:</b>	A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede em Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, constituída em 23 de março de 1999, cuja atividade consiste na prestação de serviço de transporte de gás natural através de gasoduto, de sua propriedade, que foi concebida para transportar gás natural da Argentina, interligando a malha de gasodutos daquele país ao sistema brasileiro de gasodutos, iniciando na cidade de Uruguaiana, na fronteira oeste do estado, até a cidade de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. A primeira fase do gasoduto (Fase 1) foi concluída em maio de 2000 e consistiu-se de dois trechos de 25 km em cada uma das duas extremidades do gasoduto. Na extremidade oeste, o trecho da TSB está conectado com o gasoduto da Transportadora de Gás del Mercosur S.A. - TGM e, na sua extremidade leste, com o gasoduto da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia - Brasil S.A. - TGB. A Companhia mantém contrato de serviço de transporte com a Sulgás - Cia. de Gás do Estado do Rio Grande do Sul, distribuidora de gás natural, no lado de Canoas (Trecho 3), com vigência até 17/02/2022, destinado ao Polo Petroquímico vto Sul - Triunfo - RS. Por ocasião do término do contrato vigente, a TSB ingressou na ANP com sua proposta para realização de Chamada Pública Para Contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural - CPAC 01/2022 - que será conduzida de forma indireta pela TSB sob supervisão da ANP nos termos do artigo 38, II, da Resolução ANP nº 11/2016, para contratação da capacidade existente na Rede de Transporte. Entretanto, até que se conclua o processo de aprovação do Edital pelo agente regulador, a TSB realizará oferta de capacidade de contratação de transporte através de contratos extraordinários devidamente aprovados pela agência. Na modalidade de contrato extraordinário, mantêm em perfeitas condições operacionais o gasoduto no Trecho 1 - Uruguaiana - transportando eventualmente para suprimento à Termelétrica ali localizada. Neste 2021, a TSB assinou contrato com carregador que viabilizou importação de gás da Argentina para operação comercial da UTE de Uruguaiana. Estes investimentos de, aproximadamente, US\$ 30 milhões, foram efetuados com recursos próprios. A vida útil desses ativos foi originalmente estimada em 10 anos; entretanto, em 2006, a Administração realizou estudos reavaliando essa estimativa para 30 anos. A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. assumiu o desafio de transportar o gás natural, construindo e administrando o Gasoduto Uruguaiana - Porto Alegre. O projeto prevê 615 km de dutos no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 50 km já foram construídos na Fase 1. O desafio atual é viabilizar a segunda fase do gasoduto, Fase 2, que contempla a interligação do trecho entre Uruguaiana e o Polo Petroquímico de Triunfo. A conclusão do gasoduto da TSB proporcionará a interligação das jazidas do Brasil, da Argentina e da Bolívia, consolidando, assim, a integração do mercado de gás do Cone Sul. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria, em 07 de fevereiro de 2022 e será submetida à aprovação do Conselho de Administração. <b>2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:</b> As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. <b>2.1. Base de preparação e apresentação:</b> As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos		

Demonstração do Resultado Abrangente			
	2021	2020	
<b>Receita líq. serviços</b>	<b>11</b>	<b>15.127</b>	
<b>Custo serv. prestados</b>	<b>12</b>	<b>(2.961)</b>	
<b>Lucro bruto</b>		<b>12.166</b>	
<b>Receitas (desp.) operac.</b>			
Despesas gerais e adm.	12	(4.205)	(3.419)
Outras rec. (desp.) operac.	13	(2.144)	(734)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>5.817</b>	<b>3.883</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras		(14)	(8)
Receitas financeiras		375	257
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>6.178</b>	<b>4.132</b>
Imposto de renda		(383)	(285)
Contribuição social		(203)	(152)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.592</b>	<b>3.696</b>
Ações em circulação no final do exercício		80.500.000	80.500.000
Lucro líq. por mil ações ordinárias-básico e diluído-R\$		69	46

Demonstração do Resultado Abrangente			
	2021	2020	
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>5.592</b>	<b>3.696</b>	
Outros Resultados Abrangentes			
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>5.592</b>	<b>3.696</b>	

financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. **2.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro presumido, às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos contabilmente devido a Empresa estar se utilizando do método do lucro presumido para apurar seus débitos de imposto de renda e contribuição social. **2.6. Imobilizado:** O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocação sua vida útil estimada, com base nas taxas mencionadas na Nota 4. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Além das projeções do modelo econômico da Companhia, não há identificação de necessidade de provisões para perdas na realização do ativo imobilizado "impairment". **2.7. Intangível:** Os ativos intangíveis gerados internamente referem-se aos gastos com o projeto de engenharia do Gasoduto - Fase I, registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização, calculada pelo método linear, com base na vida útil definida de 30 anos, que leva em consideração os mesmos prazos estabelecidos para os demais ativos do Gasoduto - Fase I, registrados no Ativo Imobilizado. Os demais ativos intangíveis são compostos por softwares, registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada pelo método linear, com base na vida útil adequadamente definida. **2.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tanto como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, reficados por provisão para perdas quando necessário. **2.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que

uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.11. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.12. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, ou que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas Demonstrações Contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **2.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

**3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos, Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

**4. Imobilizado:**

	2021	2020		2021	2020
<b>Custo Total</b>	<b>59.705</b>	<b>119</b>			
Saldos em 31/12/2020					
Adições		9			
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>59.705</b>	<b>128</b>			
<b>Depreciação Acumulada</b>					
Saldos em 31/12/2020	(47.797)	(112)			
Depreciação	(1.109)	(5)			
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>(48.906)</b>	<b>(117)</b>			
Valor residual - 31/12/2021	10.799	11			
Taxas anuais deprec.-%	1.81-2.09	20			
<b>2020</b>					
<b>Custo Total</b>	<b>59.705</b>	<b>119</b>			
Saldos em 31/12/2019					
Adições		60			
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>59.705</b>	<b>119</b>			
<b>Depreciação Acumulada</b>					
Saldos em 31/12/2019	(46.687)	(108)			
Depreciação	(1.110)	(4)			
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>(47.797)</b>	<b>(112)</b>			
Valor residual - 31/12/2020	11.908	7			
Taxas anuais deprec.-%	1.81-2.09	20			

**5. Intangível:**

	2021	2020		2021	2020
<b>Custo Total</b>	<b>4.441</b>	<b>21</b>			
Saldos em 31/12/2020					
Aquisições		21			
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>4.441</b>	<b>21</b>			
<b>Amortiz. o Acumulada</b>					
Saldos em 31/12/2020	(3.580)	(21)			
Amortização	(87)	(87)			
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>(3.667)</b>	<b>(21)</b>			
Valor resid. - 31/12/2021	774	774			
Taxas anuais amortiz.-%	1.81-2.09	20			
<b>2020</b>					
<b>Custo Total</b>	<b>4.441</b>				

continuação das Demonstrações Financeiras da Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A - CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 07 de fevereiro de 2022. Marcelo Edgar de Vargas Gais - Contador - CRCRS nº 51.308 O-7; Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S. CRCRS nº 006706/O - CVM 12.360

# Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**CALÇADOS BEIRA RIO S/A** - CNPJ/MF 88.379.771/0001-82 - NIRE 43300035247 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** Convocam-se os acionistas da Calçados Beira Rio S/A ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de março de 2022, às 09 horas, na sede social da Companhia, situada na Rodovia RS 239, km 17,5, nº 4.400, bairro São José, em Novo Hamburgo/RS, CEP 93530-534. A Assembleia Geral será realizada na modalidade **semi-presencial**, sendo facultada a participação e votação à distância pelos acionistas, na forma do artigo 121, § único da Lei 6.404/76 e da regulamentação aplicável. A participação remota será facultada exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência cujo *link* e senha de acesso serão fornecidos pela administração aos acionistas que os solicitarem, na forma deste Edital. A Assembleia apreciará e deliberará sobre a seguinte **ordem do dia:** (i) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e, (iii) eleger o Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração; **Disponibilidade dos documentos:** Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76. **Procuração:** Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia em até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário da assembleia. **Participação e votação à distância:** O convite para participação e o *link* para o acesso aos documentos pertinentes à Assembleia Geral, disponibilizados em meio digital seguro, serão remetidos ao acionista que o solicitar com até 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral. A solicitação poderá ser presencial, na sede da Companhia, ou encaminhada por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: [felipe.oliveira@beirario.com.br](mailto:felipe.oliveira@beirario.com.br) (Fone 51.3584.2200 – ramal 278). Juntamente com a solicitação de senha e link de acesso, o acionista deverá apresentar ou anexar em via eletrônica (em arquivo PDF), conforme aplicável, os seguintes documentos de habilitação: (a) cópia de documento de identidade do acionista ou (b) cópia do documento societário que comprove a representação legal do acionista e do documento de identidade do respectivo representante legal. No caso de representação por procurador, será exigida também cópia digitalizada do respectivo instrumento de procuração e do documento de identidade do procurador. Novo Hamburgo/RS, 17 de março de 2022. Roberto Argenta - Diretor-Presidente

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

**Recrusul S/A - Companhia Aberta - CNPJ n. 91.333.666/0001-17 - NIRE 43.300.005.003 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **19 de abril de 2022, às 10:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Luiz Pasteur nº 1020, em Sapucaia do Sul, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em regime ordinário (1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e, **(2)** eleger os membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente e Vice-Presidente do órgão, e **(3)** fixar o montante da remuneração dos administradores. **INFORMAÇÕES GERAIS: A) Participação Presencial:** Para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte: (a) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária, ou, se for o caso, pelo custodiante, em ambos os casos nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; (c) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações; **B)** Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). **C)** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), todos os documentos exigidos por lei e pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia. **D) Boletim de Voto à Distância:** a Companhia adotará para a Assembleia Geral o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia (Itaú Corretora de Valores S/A), o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância. Sapucaia do Sul, RS, 17 de março de 2022. **RICARDO MOTTIN JUNIOR** - Presidente do Conselho de Administração

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**FORJASUL CANOAS S. A., IND. METALÚRGICA**

CNPJ nº 88.313.853/0001-24 – NIRE: 43300003621 – Canoas – RS.

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Rua Tupi, nº 200, Bairro Igara, em Canoas, RS, CEP 92410-310, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Canoas, RS, em 18 de março de 2022.

**Roberto João Manfroí – Conselheiro de Administração**

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

## LOJAS QUERO-QUERO S.A. - Companhia Aberta NIRE 4330002898-4 CNPJ/ME nº 96.418.264/0218-02

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2022**

**Data, Hora e Local:** Realizada no dia 8 de março de 2022, às 09:30, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no §4º do Artigo 14 do Estatuto Social da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia").

**Convocação:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

**Presença:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia por meio de videoconferência.

**Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira; Secretário: Sr. Jean Pablo de Mello.

**Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a revisão do Regimento Interno do Comitê de Recursos Humanos; (ii) a eleição dos membros do Comitê de Recursos Humanos; (iii) a eleição dos membros do Comitê de Auditoria; (iv) a eleição dos membros do Comitê de Finanças; (v) as contas da diretoria da Companhia, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria; (vi) a proposta de destinação dos resultados do exercício e distribuição de dividendos; (vii) a proposta para fixar em 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração; (viii) a proposta de chapa dos candidatos a serem eleitos para o Conselho de Administração; (ix) a proposta de limite global de remuneração anual dos administradores; e (x) a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

**Deliberações:** Após discussão, por unanimidade dos votos e sem reservas ou ressalvas, foram tomadas as seguintes deliberações: (i) A revisão do Regimento Interno do Comitê de Recursos Humanos da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante no **Anexo I** da presente ata. (ii) A eleição dos seguintes membros do Comitê de Recursos Humanos, bem como a ratificação de todos os atos praticados pelos membros do mandato anterior até a presente data: a. **CATIA VALERIA DE PAIVA PORTO – Membro do Comitê de Recursos Humanos**, brasileira, casada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 07221230-1 – IFP, inscrita no CPF/ME sob nº 005.493.187-80, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943; e b. **EDUARDO CAMPOZANA GOUVEIA – Coordenador do Comitê de Recursos Humanos**, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, portador da cédula de identidade RG nº 2012951, inscrito no CPF/ME sob nº 398.091.104-72, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943. c. **PETER TAKAHARU FURUKAWA – Membro do Comitê de Recursos Humanos**, brasileiro, divorciado, administrador, inscrito no CPF/ME sob nº 031.741.678-25 e RG nº 11382108 SSP/SP, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943. Os membros do Comitê de Recursos Humanos ora reeleitos terão mandato até 8 de março de 2023. Os membros ora eleitos (a) declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A. e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura no Comitê de Recursos Humanos da Companhia; e (b) tomarão posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse. (iii) A eleição dos seguintes membros do Comitê de Auditoria, bem como a ratificação de todos os atos por eles praticados entre o término do mandato anterior e a presente data: a. **CARLOS ELDER MACIEL DE AQUINO – Coordenador do Comitê de Auditoria**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 60.019.211-8 – SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 226.993.094-00, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943, sendo também o membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; b. **CHRISTIANO ANTONIAZZI GALLO – Membro do Comitê de Auditoria**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 4027670936 – SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob nº 937.807.100-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, sendo também membro independente do Conselho de Administração da Companhia; e c. **FLAVIO BENICIO JANSEN FERREIRA – Membro do Comitê de Auditoria**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6484884-9 – IFPRJ, inscrito no CPF/ME sob nº 921.962.337-49, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943. Os membros do Comitê de Auditoria ora reeleitos terão mandato até 8 de março de 2023. Os membros ora eleitos (a) declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A. e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura no Comitê de Auditoria da Companhia; e (b) tomarão posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse. (iv) A eleição dos seguintes membros do Comitê de Finanças, bem como a ratificação de todos os atos praticados pelos membros do mandato anterior até a presente data: a. **FLAVIO BENICIO JANSEN FERREIRA – Coordenador do Comitê de Finanças**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6484884-9 – IFPRJ, inscrito no CPF/ME sob nº 921.962.337-49, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943; b. **CHRISTIANO ANTONIAZZI GALLO – Membro do Comitê de Finanças**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 4027670936 – SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob nº 937.807.100-72, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726; c. **EDUARDO CAMPOZANA GOUVEIA – Membro do Comitê de Finanças**, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, portador da cédula de identidade RG nº 2012951, inscrito no CPF/ME sob nº 398.091.104-72, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943; e d. **LUIZ ANTONIO DE MORAES CARVALHO – Membro do Comitê de Finanças**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 3256932-4 – SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 278.931.558-72, com endereço comercial na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. General Flores da Cunha, nº 1943. Os membros do Comitê de Finanças ora reeleitos terão mandato até 8 de março de 2023. Os membros ora eleitos (a) declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A. e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura no Comitê de Finanças da Companhia; e (b) tomarão posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse. (v) Manifestar-se favoravelmente com relação às contas da Diretoria da Companhia, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria, os quais deverão ser submetidos à aprovação dos acionistas da Companhia. (vi) Manifestar-se favoravelmente sobre a proposta de destinação dos resultados apurados com base nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 apresentada pela Diretoria, bem como a proposta de distribuição de dividendos, as quais deverão ser submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia. (vii) Manifestar-se favoravelmente sobre a proposta para fixar em 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração da Companhia. (viii) Manifestar-se favoravelmente sobre a proposta de administração para a chapa de candidatos para o Conselho de Administração da Companhia. (ix) Manifestar-se favoravelmente sobre a proposta de limite global de remuneração anual dos administradores da Companhia, que deverá ser submetida à aprovação dos acionistas da Companhia. (x) A convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada na data de 28 de abril de 2022, para deliberar sobre as matérias estabelecidas nos itens (v) a (ix) acima. A publicação do respectivo Edital de Convocação e a divulgação dos demais documentos pertinentes (incluindo aqueles exigidos pelas Instruções CVM nº 480/2009 e nº 481/2009) dar-se-ão na forma e prazos previstos na regulamentação. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. **Assinaturas:** Mesa: Flávio Benício Jansen Ferreira – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa. **Conselheiros:** Flávio Benício Jansen Ferreira – Presidente; Luiz Antonio de Moraes de Carvalho – Membro; Christiano Antoniazzi Gallo – Membro Independente; Eduardo Campoza Gouveia – Membro Independente; Peter Takaharu Furukawa – Membro. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, Cachoeirinha, 8 de março de 2022. Mesa: Flávio Benício Jansen Ferreira - Presidente, Jean Pablo de Mello - Secretário. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certificado registro sob o nº 8195323 em 17/03/2022 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 220819912 - 15/03/2022. Autenticação: D8A0C04199153263E86FFC95D55AFA0BC569D9A. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 9 9649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**LOJAS QUERO-QUERO S.A.** - Companhia Aberta NIRE 4330002898-4  
CNPJ/ME nº 96.418.264/0218-02

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório anual da administração, dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como a realocação, para a reserva de lucros estatutária, da totalidade do saldo da conta de lucros retidos, constituída em decorrência das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2021; (iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 7 (sete) membros; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (v) Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2022, conforme proposta da administração. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia. **Instruções Gerais:** Nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM nº 481/09, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão enviar e-mail ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia (ri@quero-quero.com.br) até 2 (dois) dias antes da Assembleia (i.e. até o dia 26 de abril de 2022), solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação a distância, e enviando os seguintes documentos à Companhia, conforme aplicáveis:

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal <sup>(1)</sup>	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista <sup>(2)</sup>	-	X	X
Regulamento consolidado do fundo <sup>(2)</sup>	-	-	X

<sup>(1)</sup> Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.  
<sup>(2)</sup> Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. Excepcionalmente, diante da atual situação da pandemia da COVID-19, não será requerido que os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira sejam traduzidos para a língua portuguesa ou registrados no Registro de Títulos e Documentos. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento. A Companhia ressalta, que não será necessário o envio físico dos documentos que já tenham sido enviados de maneira eletrônica caso estes tenham sido produzidos e assinados com uso da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Itaú Unibanco S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelo do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia informa que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.quero-quero.com.br/), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Instrução CVM nº 481/09 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. **Voto Múltiplo:** Em cumprimento ao disposto no artigo 141 da Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 165/91 e no artigo 4º, inciso I, da Instrução CVM nº 481/09, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento). Cachoeirinha, 21 de março de 2022.  
Flávio Benício Jansen Ferreira - **Presidente do Conselho de Administração**

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC





**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas e Clientes:  
Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2021 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

A Companhia está situada no município de Canoas – RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão com a Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação. Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED.

O maior desafio de 2021 para a Companhia, foi lidar com as diversas variáveis que permeiam o negócio, como as incertezas do mercado interno e externo, seja em relação ao câmbio, a situação econômica do país e, principalmente a pandemia.

A seguir, apresentamos os indicadores financeiros que demonstram o desempenho da Companhia nos exercícios findos de 2021 e 2020.

**Tabela 1 - Indicadores Financeiros (Em milhares de reais).**

	2021	2020
Receita Líquida	29.483	34.653
Custo dos Serviços Prestados	(13.540)	(13.915)
Lucro Bruto	15.943	20.738
Margem Bruta	54,07%	59,84%
Despesas/Receitas Operacionais	(9.491)	(8.701)
EBIT	6.452	12.037
Margem EBIT	21,88%	34,74%
Resultado Financeiro Líquido	2.107	433
IR e CSLL	(2.870)	(4.199)
Lucro Líquido	5.689	8.271
EBIDTA	7.612	13.351
Margem EBIDTA	25,82%	38,53%
Margem Líquida	19,30%	23,87%

A Companhia encerrou 2021, com Ebitda de R\$ 7,6 milhões, atingindo margem Ebitda de 25,8%, representando 12,71% inferior em relação ao período anterior, redução associada à queda na receita operacional.

A Companhia em 2021 alcançou desempenho financeiro positivo, com receita líquida de R\$ 29,4 milhões, 17,5% inferior ao ano anterior. A retração na receita, comparada com o período anterior, se deve ao término das operações especiais com clientes do exterior. Por outro lado, as receitas com as operações do Porto Seco tiveram um leve crescimento devido a retomada da economia e, as receitas na atividade de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) que totalizaram, em 2021, R\$ 7,8 milhões, tiveram um aumento de 80% em comparação ao ano anterior, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 2 - Receita Bruta Operacional**

	2021	2020	%
Serviços de Armazenagem	17.505	17.093	2,41
Serviços de Armazenagem - Clientes Exterior	7.602	15.523	(51,03)
Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED	7.847	4.354	80,23
<b>Total</b>	<b>32.954</b>	<b>36.970</b>	

O lucro líquido da Companhia somou R\$ 5,7 milhões em 2021, com margem líquida de 19,30%, representando 4,5% abaixo do apurado no ano anterior, que foi de 23,87%, ocasionado, principalmente pela queda no faturamento.

As receitas financeiras, que totalizaram R\$ 2,1 milhões, oriundas das aplicações financeiras, também contribuíram para o desempenho positivo do exercício, especialmente, pela elevação da taxa Selic (Índice atrelado às aplicações). No que tange a investimentos, foram aplicados R\$ 350 mil, provenientes de recursos próprios. Os principais investimentos foram voltados à melhoria na estrutura do Porto Seco, no tocante à segurança e ampliação da capacidade operacional.

Para 2022, a Companhia planeja investir em torno de R\$ 1,5 milhão, com recursos próprios. Na busca por inovações e ofertas de serviços diferenciados, para se manter competitiva no mercado e consolidar os planos de crescimento, com foco no Planejamento Estratégico, os principais investimentos serão: máquinas, equipamentos, melhorias e atualização tecnológica.

Atualmente, o quadro funcional permanente é composto por 69 empregados, aprovados mediante concurso público e submetidos ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. São proporcionados, aos empregados, diversos benefícios, dentre eles auxílio creche/babá, auxílio escola, plano de saúde e odontológico, seguro de vida em grupo, vale alimentação e vale refeição. No ano de 2020 foi concedido aos empregados o 13º vale alimentação. Conta também com 131 colaboradores, distribuídos entre estagiários, jovens aprendizes e terceirizados, estes relacionados à prestação de serviços de vigilância, limpeza, manutenção e serviços gerais.

Para manter o crescimento e aumentar seus resultados é necessário que a Companhia tenha empregados comprometidos, envolvidos e satisfeitos com seu trabalho. Pensando desta maneira de valorizar a Companhia, no ano de 2022 distribuirá parte do resultado líquido de 2021, a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados, conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

Tendo em vista a importância e a necessidade de desenvolver atividades sustentáveis e minimizar impactos ambientais, a Companhia continua mantendo atenção especial ao consumo de energia e a geração de resíduos, sempre monitorando e controlando através de programas, entre eles o PGRS – Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

A Companhia, em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, informa que não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que não os serviços de auditoria externa. Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança.

Canoas, 31 de dezembro de 2021.

Mario Bernd Neto  
Diretor Presidente

João Simioni  
Diretor Operacional

Silvana Dalmás  
Diretora Administrativa e Financeira

Zilmir Jacedir Tartari  
Diretor Comercial

**BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.**

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201 - Canoas - RS

**BALANÇOS PATRIMONIAIS** - Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.658	915
Aplicações financeiras	5	17.666	4.520
Contas a receber	6	2.139	25.630
Tributos a recuperar	7	379	78
Despesas antecipadas	7	461	342
Outros ativos	7	644	962
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>22.947</b>	<b>32.447</b>
Ativo não circulante			
Aplicações Financeiras	5	30.218	18.970
Contas a receber de clientes	6	-	925
Tributos diferidos	12	336	18
Depósitos judiciais	9	1.808	2.054
Outros ativos	7	147	147
Imobilizado	8	16.458	17.266
Direito de uso		83	83
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>49.023</b>	<b>39.463</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>71.970</b>	<b>71.910</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10	785	774
Fornecedores		581	3.293
Obrigações fiscais		612	1.461
Outras Obrigações	10	4.852	5.613
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>6.830</b>	<b>11.141</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Provisão para riscos trabalhistas e civis Contingências	9	1.703	1.670
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.703</b>	<b>1.670</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	13	53.100	42.100
Reserva de capital	13	-	231
Reserva de lucros	13	10.337	16.768
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>63.437</b>	<b>59.099</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>71.970</b>	<b>71.910</b>

**MUTAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>40.550</b>	<b>231</b>	<b>1.323</b>	<b>10.688</b>	-	<b>52.792</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.271	8.271
Aumento de Capital	1.550	-	(40)	(1.510)	-	-
Reserva Legal	-	-	414	5.893	(6.307)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.964)	(1.964)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>42.100</b>	<b>231</b>	<b>1.697</b>	<b>15.071</b>	-	<b>59.099</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.689	5.689
Aumento de Capital	11.000	(231)	(59)	(10.710)	-	-
Reserva Legal	-	-	284	-	(284)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	4.054	(4.054)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.351)	(1.351)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>53.100</b>	<b>-</b>	<b>1.922</b>	<b>8.414</b>	-	<b>63.437</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO** - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	14	29.483	34.653
Custo dos serviços prestados	15	(13.540)	(13.915)
Lucro bruto		15.943	20.738
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas		(158)	(197)
Gerais e administrativas	15	(9.946)	(10.890)
Outras receitas operacionais	16	857	3.530
Outras despesas operacionais	16	(44)	(127)
Lucro antes do resultado financeiro		6.452	12.037
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.380	746
Despesas financeiras		(273)	(314)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		8.559	12.469
Imposto de renda e contribuição social		(3.187)	(3.662)
Imposto diferido		317	(536)
Lucro líquido do exercício		5.689	8.271
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		8	12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA** - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes dos impostos	8.559	12.469
<b>Ajuste ao lucro</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	826	(1.728)
Depreciações	1.154	1.287
Resultado baixa imobilizado	24	-
Amortizações	27	27
Provisão para riscos trabalhistas e civis	33	62
(Aumento) redução de clientes	23.590	(6.472)
(Aumento) de outros ativos	(102)	(330)
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	246	(266)
Aumento (redução) de partes relacionadas	(200)	1.373
Aumento (redução) de contas a pagar	(2.713)	2.481
Aumento (redução) de obrigações fiscais	54	(82)
Aumento (redução) de outros passivos	54	(250)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.085)	(6.895)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>27.442</b>	<b>1.726</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado	(350)	(197)
Aumento/Redução de Aplicações Financeiras	(24.393)	(1.236)
Resgate de aplicações financeiras	-	2.943
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(24.743)</b>	<b>1.510</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(1.955)	(2.279)
Redução de Empréstimos e Financiamentos	-	(92)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.955)</b>	<b>(2.371)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>744</b>	<b>865</b>
<b>Varição do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No fim do exercício	915	50
Início do exercício	1.659	915
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	744	865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE** - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	5.689	8.271
Total do resultado abrangente do exercício	5.689	8.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS** - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Receita da prestação de serviços	32.953	36.969
Outras receitas	656	444
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(826)	1.728
Insumos adquiridos de terceiros	-	-
Custos dos serviços prestados	(8.351)	(9.705)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(3.389)	(4.785)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(25)	(1)
Valor adicionado bruto	21.018	24.650
Depreciação e amortização	(1.160)	(1.313)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	19.858	23.337
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.380	746
Valor adicionado total a distribuir	22.238	24.083
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	8.186	7.541
Remuneração direta	3.521	3.230
Benefícios	2.081	1.718
FGTS	351	408
Outros	2.233	2.185
Impostos, taxas e contribuições	7.905	7.851
Federais	6.094	6.872
Estaduais	6	53
Municipais	1.805	926
Remuneração de capitais de terceiros	458	420
Outras	458	420
Remuneração de capitais próprios	5.689	8.271
Dividendos	1.351	1.964
Lucros retidos	4.338	6.307
Valor adicionado distribuído	22.238	24.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto operacional**  
A Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul.

Atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, por meio de Contrato de Permissão, com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entroposto aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**  
As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), além das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os exercícios divulgados.  
As Demonstrações Financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).  
As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 04 de fevereiro de 2022.

**2.1 Representação dos Saldos Contábeis**  
Com base no pronunciamento técnico CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as Demonstrações Financeiras do exercício anterior estão representadas, para fins de comparação.  
A Administração da Companhia identificou, durante a preparação das informações Financeiras, um erro na apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As práticas adotadas no Brasil, determinam que a DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis, informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado exercício e a forma como tais riquezas foram distribuídas.  
Destá forma, os valores referentes do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram alterados e estão sendo representados para refletir os ajustes conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020 (Anterior)	Ajustes Acumulados	31/12/2020 (Reapresentado)
7.01 - Receitas	39.482	(341)	39.141
7.01.01 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	36.969	-	36.969
7.01.02 - Outras Receitas	2.513	(2.069)	444
7.01.04 - Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	2.006	(1.728)	278
7.02 - Insumos Adquiridos de Terceiros	(18.954)	4.463	(14.491)
7.02.01 - Custos Prods., Mercs. e Serv. Vendidos	(13.915)	4.210	(9.705)
7.02.02 - Materiais, Energia, Serv. de Terceiros e Outros	(5.039)	254	(4.785)
7.02.03 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	741	-
7.03 - Valor Adicionado Bruto	20.528	4.122	24.650
7.04 - Retenções	(453)	(860)	(1.313)
7.04.01 - Depreciação, Amortização e Exaustão	(453)	(860)	(1.313)
7.05 - Valor Adicionado Líquido Produzido	20.075	3.262	23.337
7.06 - Vlr Adicionado Recebido em Transferência	746	-	746
7.07 - Valor Adicionado Total a Distribuir	20.821	3.262	24.083
7.08 - Distribuição do Valor Adicionado	20.821	3.262	24.083
7.08.01 - Pessoal</			





# BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201 - Canoas - RS

Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.052</b>	<b>618</b>	<b>1.670</b>
Adições	364	71	435
Reversões	(22)	(380)	(402)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.394</b>	<b>309</b>	<b>1.703</b>

**Provisões cíveis**  
 Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenamento e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área.  
 Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.  
 Em 2021 não haviam processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível (no montante de R\$205 em 31 de dezembro de 2020), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

**Provisões trabalhistas**  
 São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas.  
 Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos.  
 Está provisionado judicialmente o montante de R\$1.808 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.054 em 31 de dezembro de 2020).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$2.459 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.955 em 31 de dezembro de 2020), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

**10. Outras obrigações e Obrigações trabalhistas**  
 Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações decorrentes com terceiros não incluídas em outros subgrupos.

Outras Obrigações	31/12/2021	31/12/2020
Débitos – controlador (nota nº 11)	4.402	5.018
Débitos – outras partes relacionadas (nota nº 11)	55	186
Dividendos e CPJ a pagar	95	774
Retenções contratuais	395	358
Obrigações sociais e trabalhistas	5.637	6.387

**11. Transações com partes relacionadas**  
 As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista, aplicações em CDB e Letra Financeira, como também a locação de área com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A.  
 As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	01/01/2021 a 31/12/2021
--	---	--	-------------------------

**Ativo**

Circulante:			
Depósitos Bancários	683	-	683
Aplicações Banrisul CDB/ LF	16.853	-	16.853
Crédito com partes relacionadas	59	-	59
<b>Não Circulante:</b>	<b>17.625</b>	<b>-</b>	<b>17.625</b>
Aplicações Banrisul CDB/ LF	-	-	-
Letra Financeira	30.218	-	30.218
<b>Passivo</b>	<b>30.218</b>	<b>-</b>	<b>30.218</b>

**Circulante:**

Dividendos a pagar	(3.677)	(3.677)
Contas a pagar	(725)	(725)
<b>Total</b>	<b>(4.402)</b>	<b>(4.402)</b>

**Resultado**

	12.298	-	12.298
Recitas:			
Locação	1.845	-	1.845
Financeira	1.971	-	1.971
Gerenciamento Eletrônico de Dados (GED)	7.847	-	7.847
Recuperação de despesas	638	-	638
Despesas:	(395)	(822)	(1.217)
Comunicação	(381)	-	(381)
Outras	(14)	(822)	(836)
<b>Total</b>	<b>11.903</b>	<b>(822)</b>	<b>11.081</b>

**Ativo**

Circulante:			
Depósitos Bancários	862	-	862
Aplicações Banrisul CDB/ LF	3.216	-	3.216
Crédito com partes relacionadas	703	-	703
<b>Não Circulante:</b>	<b>4.781</b>	<b>-</b>	<b>4.781</b>
Aplicações Banrisul CDB/ LF	14.836	-	14.836
Letra Financeira	4.134	-	4.134
<b>Passivo</b>	<b>18.970</b>	<b>-</b>	<b>18.970</b>

**Circulante:**

Dividendos a pagar	(4.287)	(4.287)
Contas a pagar	(731)	(188)
<b>Total</b>	<b>(5.018)</b>	<b>(5.206)</b>

**Resultado**

	5.200	-	5.200
Recitas:			
Locação	1.478	-	1.478
Financeira	459	-	459
Gerenciamento Eletrônico (GED)	2.236	-	2.236
Recuperação de despesas	325	-	325
Outras	702	-	702
Despesas:	(150)	(558)	(708)
Comunicação	(132)	-	(132)
Outras	(18)	(558)	(576)
<b>Total</b>	<b>5.050</b>	<b>(558)</b>	<b>4.492</b>

**Remuneração do pessoal-chave da Administração**  
 Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.  
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi pago o montante de R\$1.767 (R\$1.840 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal.  
 A Companhia não oferece a seus pessoais chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

**12. Imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.559	12.469
(+) Outras adições	786	732
(-) Outras Exclusões	(1.059)	(87)
Base de cálculo	(776)	(2.242)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	9.279	11.046
(-) Incentivos fiscais e outros	2.383	2.738
IRPJ e CSLL Correntes	(58)	(66)
IRPJ e CSLL diferidos	2.325	2.671
<b>TOTAL IRPJ e CSLL</b>	<b>(233)</b>	<b>(84)</b>
	2.092	3.065

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indebitáveis. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.  
 Os saldos dos ativos diferidos, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	em 2020	Constituição	Realização	em 2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45	(84)	365	326
Provisão para riscos trabalhistas	210	(129)	24	105
Provisão para riscos cíveis	37	(7)	124	474
<b>Total de ativos diferidos</b>	<b>612</b>	<b>(220)</b>	<b>513</b>	<b>905</b>
Depreciação CPC 27	(594)	-	25	(569)
Total de passivos diferidos	(594)	-	25	(569)
<b>Crédito tributário líquido</b>	<b>18</b>	<b>(220)</b>	<b>538</b>	<b>336</b>

O saldo de créditos tributários está contabilizado no ativo não circulante.  
 A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.  
 A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	31/12/2021
2021/2022	182
2023	90
2024	90
2025	90
Após 2025	453
<b>Total</b>	<b>905</b>

**13. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**  
 O Capital Social, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$53.100 (R\$42.100 em 2020), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., seu controlador. No dia 26 de abril de 2021 foi aprovado através da AGE o aumento de capital no montante de R\$ 11.000 através da integração das reservas de retenção de lucros, reserva legal e reserva de incentivos fiscais nos valores de R\$ 10.710.237,30, R\$ 58.854,25 e R\$ 230.908,45, respectivamente.

**b) Distribuição de resultados**  
 O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	5.689	8.271
Reserva legal (5%)	(284)	(414)
Base de cálculos dos dividendos	5.405	7.857
Dividendos (25%)	1.351	1.964

**14. Receita**  
 A receita líquida é composta como segue:

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Receita bruta:		
Serviços de armazenamento	25.106	32.615
Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Dados (GED)	7.847	4.354
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(3.285)	(2.211)
Descontos e cancelamentos	(318)	(105)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>29.483</b>	<b>34.653</b>

(a) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS e ISSQN.

**15. Natureza dos custos dos serviços prestados e das despesas administrativas**

**a) Custos dos serviços prestados**

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Pessoal	4.342	3.346
Terceirizados	4.357	5.121
Depreciação e amortização	2.549	861
Energia elétrica	382	334
Combustível	848	200
Gastos com veículos	52	25
Despacho aduaneiro	68	63
Conservação e manutenção	1.076	538
Viagens e estadias	52	178
Reclamatórias trabalhistas	371	455
Seguro	451	686
Material de expediente	119	129
Arrendamento p/ clientes	812	254
Despesa de aluguel	287	192
<b>Total</b>	<b>13.540</b>	<b>13.915</b>

**b) Despesas Administrativas**

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Pessoal	2.339	2.543
Terceirizados	1.288	1.191
Honorários administração	2.589	2.544
Depreciação e amortização	313	236
Comunicação	411	453
Material de expediente	221	178
Combustível	35	17
Gastos com veículos	44	15
Viagens e estadias	155	351
Conservação e mant. cíveis	920	378
Conservação e manutenção	504	177
Despesas Tributárias	435	400
PCLD	826	87
Viagens e estadias	6	6
Material de expediente	2	2
Informática	210	295
Material de expediente	221	178
Débitos tributários	258	1.826
<b>Total</b>	<b>9.946</b>	<b>10.890</b>

**16. Outras receitas operacionais**

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Recuperação de despesas (a)	636	444
Recuperação de créditos – Lei 9.430/96	21	-
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	414	-
Reversão de provisão de contingência trabalhista	-	254
<b>Total</b>	<b>657</b>	<b>2.513</b>

(a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água, luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

**17. Instrumentos financeiros**

**Gestão de riscos**

A Banrisul Armazéns Gerais S.A. é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica, conforme requerido pela Instrução CVM 475/05. A Companhia mantém uma política de gestão de risco que se destina ao risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão.  
 O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.  
 A Companhia considera como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/05.  
 Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados como custo amortizado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

**18. Plano de benefícios de aposentadoria**

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

**19. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$40 milhões para danos materiais e R\$100 mil para responsabilidade civil.

**20. Segamentos operacionais**

A Companhia atua como prestadora de serviços de armazém, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias, produtos e documentos, dispostos no entreposto aduaneiro em depósito alfândega ou em espaços disponíveis na área de sua propriedade, que poderão ser locados para terceiros conforme atividades descritas na nota explicativa nº 1.

As atividades realizadas são complementares, em ambos segmentos, sendo controladas e gerenciadas pela Companhia, e seus resultados são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

**21. Informações adicionais**

O Ofício Circular nº 02/2020 de 10 de março de 2020, sobre os "Efeitos do Corona vírus nas Demonstrações Financeiras" encaminhado pela CVM, destaca aos seus regulados, que deverão considerar cuidadosamente os impactos econômico-financeiros advindos da epidemia em seus negócios e reportar nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas oriundos dessa análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Considerando a gravidade do cenário atual, em razão da situação de calamidade pública causada pelo Covid-19 e seus impactos na saúde e na economia, a Companhia implementou uma série de medidas necessárias para o seu enfrentamento em consonância com as diretrizes e orientações governamentais.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$40 milhões para danos materiais e R\$100 mil para responsabilidade civil.

A Companhia permanece avaliando continuamente e atentamente os riscos e incertezas que possam afetar a realidade econômica da entidade, e registra que não ocorreram impactos significativos para o período.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Aos Administradores e aos Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nosso opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting

Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

**Base para opinião**  
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
 Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Reconhecimento da receita**  
 Conforme descrito na nota explicativa nº 3 a as demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente de serviços de armazenamento e prestação de serviço de gerenciamento eletrônico – GED. A principal fonte de receita é a armazenagem de mercadorias provenientes do serviço de porto seco e é reconhecida mensalmente pelo prazo do armazenamento e considerando as características contratuais, tais como peso, valor monetário da mercadoria ou espaço ocupado.

Esse assunto foi tratado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dessas operações no contexto das demonstrações financeiras e da complexidade na captura, no processamento e no registro das transações.

Para responder este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo adotado para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras; (b) teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto, com base na estimativa elaborada pela Companhia, incluindo a avaliação da estimativa de receita não faturada; e (c) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**  
 Demonstramos o valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31